J. J. Gomes Canotilho Gilmar Ferreira Mendes Ingo Wolfgang Sarlet Lenio Luiz Streck

coordenação científica

Léo Ferreira Leoncy

coordenação executiva

costomateia apolitas maq ajibiliati na categoria de melhor livro de divelto

no no RS. Pescuisador visicante do Instituto de la contrato del contrato de la contrato de la contrato del contrato de la cont

1. Brasil: Constituição: Comentários

COMBANDA STATE ITUIÇÃO

COMBANDA STATE ITUIÇÃO

COMBANDA STATE A COMBANDA

1ª edição 2013

2ª tiragem



A Volução das datenas cutores à crima autobolocido no Lei e. 9.610/98 e





ISBN 978-85-02-21262-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comentários à Constituição do Brasil / J. J. Gomes Canotilho...[et al.]. — São Paulo : Saraiva/Almedina, 2013.

Outros autores e coordenadores : Ingo Wolfgang Sarlet, Lenio Luiz Streck, Gilmar Ferreira Mendes.

Coordenação executiva e notas: Léo Ferreira Leoncy.

1. Brasil Constituição (1988) 2. Direito constitucional I. Canotilho, J. J. Gomes. II. Sarlet, Ingo Wolfgang. III. Streck, Lenio Luiz. IV. Mendes, Gilmar Ferreira.

13-10088

CDU-342.4(81)(094.56)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Constituição: Comentários 342.4(81)(094.56)

Os arts. 234 e 235 estabelecem disciplina complementar às hipóteses constitucionais de criação de novos Estados. Tais hipóteses já haviam sido definidas no art. 18, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, mas sem os merecidos desdobramentos agora presentes nos dispositivos em análise. Em conjunto, esses preceitos formam uma espécie de regime geral a ser seguido na criação de novas entidades políticas estaduais. were de America Latina, Bogota: Disloque, 1996,

Por força do art. 234, prosbe-se a União de assumir, por qualquer forma, em virtude da criação de Estado, "encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta". Tal redação praticamente bloqueou qualquer ajuda financeira do ente federal na resolução de eventuais passivos oriundos do ente público originário. A despeito do caráter salutar dessa proibição, deixou-se de ir além no tocante ao estabelecimento de regras de responsabilidade financeira quando da criação de novos Estados. Isso porque, se por um lado o regramento constante do referido preceito traduz uma inequívoca forma de proteção da União, que fica isenta de assumir encargos decorrentes da criação da nova entidade política, por outro lado nenhuma garantia constitucional estabeleceu em proteção ao novo Estado assim criado, cuja instituição poderia muito bem ficar condicionada à sua viabilidade, à semelhança do que previsto em relação aos Municípios (art. 18, § 4º, da CF).

O art. 235, por seu turno, também veicula uma espécie de regime de contenção financeira. Trata-se de regramento em proteção às finanças estaduais diante de eventual sanha política quanto à criação de um aparato estatal completo num ambiente ainda de poucas necessidades públicas. DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 entente, assu orinitado de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. 232 ententente de la fiscalização de la fiscaliza

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. (rt. 255. Nos dez primeiros anos da citação de Estado, serão observadas as seguintes normas básicas;

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

ixado na Constituição:

V - os primeiros Desembargadores serão nomeados pelos Covernador eleiro, escolhidos da seguinte formas

Carlos Alberto Molinaro insigned oiveld de Contas terá tres membros, nomeados, pelo Covernador eleiso, dentre brasileiros de compressada ide

112

ma

M

Dj

Bi

Pau Fill

8, 8

Ingo Wolfgang Sarlet

A - REFERÊNCIAS

comprovada idoncidade e saber jurídico, com dez anos, no 1. Origem do texto

2. Constituições brasileiras anteriores

Constituição de 1824, omissis. Constituição de 1891, omissis. Constituição de 1934, art. 5º, XIX, a, § 3º. Constituição de 1946, art. 5º, XV, e. Constituição de 1967, art. 8º, XVII, e.

3. Constituições estaduais

Constituição do Amapá, art. 143. Constituição do Amazonas, art. 268. Constituição do Ceará, art. 8º, § 3, a e b. Constituicão do Pará, art. 167, § 1º, c. Constituição da Paraíba, art. 257. Constituição do Paraná, art. 242. Constituição de São Paulo, art. s mencionados neste artigo, serão disciplinadas na Co.6, 22, 12

dentre os magistrados com mais de trinta e dinco anos de idade, em exercício na área do novo Estado ou do Betado Lei Fundamental alemã de 1949, art. 75, 1, 1; art. 138. Constituição austríaca de 1920, art. 100. Constituição grega de 1975, art. 56, 92, 4, 5. Constituição belga de 1994, art. 165. Constituição italiana de 1947/48, art. 117, i. Constituição mexicana de Redação original do constituinte de 1988. O constituinte de 1988. 1917, art. 122, V, h. 1 se sinsins vora obsissi se ous on-19

Bizes de direito de qualques parte do Paísa OTUTTO

fustica terá sete Desembargadores;

VII - em cada Comarca, e prim Innoini ofineiro Promoto

namendos pelo Governador eleito após concurso público de provas Declaración de Brasilia, XIV Cumbre Judicial Iberoamericana de 4, 5 e 6 de março de 2008.

6. Direito nacional A se o novo Estado for resultado de transfor

para pagamento dos servidores optantes que percenciam à Administraci

6.1. Legislação Norma-base: Lei n. 8.935, de 18-11-1994. Normas infraconstitucionais vigentes e por ordem cronológica descendente: Leis ns. 11.441/2007 e 10.215/2001, MP 2.060/2000, Leis ns. 9.997/2000, 9.955/2000, 9.934/1999, 9.812/1999, 9.785/1999, 9.708/1998, 9.534/1997, 9.454/1997, 9.278/1996, 9.265/1996, De-4. Constituições comparadas ab otras aog atraspera creto n. 800/1996, Leis n. 9.248/1995, 9.053/1995, 9.049/1995,

4742/1995, 9.039/1995, 8.934/1994, 8.185/1991, 8.180/1991, 6.850/1990, D. 1844/1989, 6.941/1981, 6.850/1980, Decreto n. 84,451/1980, 155 ns. 6.724/1979, 6.688/1979, 6.216/1975, 6.140/1974, 1015/1973 (parcialmente derrogada), 1.110/1950, 765/1949, De-Leis ns. 6.519/1944, 5.860/1943, Decretos ns. 2.848/1940, 4553/1940, 5.318/1940, 4.857/1939, Decreto-Lei n. 1.632/1939. sincse) arrayée da organização Cibemotara Co

pala American Bar Association-

6.2. Jurisprudência

lise

361

nos

des

Idi.

210

ido

Iti.

ião.

Cas

uc

20

mi

STF: ADI 3.151, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 28/04/06. ADI 2.602, Rel. Min. Eros Grau, DJ 31/03/2006. RE 235.623, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26/08/2005. ADI 2.151, Rel. Marco Aurélio, DJ 22/11/2002. RE 255.124, Rel. Min. Nei da Silveira, DJ 08/11/2002. RE 209.354-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 16/04/1999. ADI 1.378-MC, Rel. Min. Celode Mello, DJ 30/05/1997. ADI 112, Rel. Min. Néri da Silvei-DJ 09/02/1996. ADI 865-MC, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 304/1994. ADI 3.151, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 28/04/2006. ADI 2.059-MC/PR. DJU de 21.9.2001. ADI 1.707-MC/MT, DTU. 16.10.1998. ADI 2.129, Rel. Min. Eros Grau, DJ 16/06/2006. ADI 3.643, Rel. Min. Carlos Britto, Informativo 47. ADI 1.790-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 309/2000. ADI 3.016, Rel. Min. Gilmar Mendes, Informativo 45. ADI 3.522-ED, Rel. Min. Marco Aurélio, Informativo 441. ADI 3.580-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 10/03/2006. ADI 1.855, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ 19/12/2002. ADI 417, Min. Maurício Corrêa, DJ 08/05/1998. ADI 3.519-MC, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 30/09/2005. ADI 363, Rel. Min. Sidney Sanches, DJ 03/05/1996. RE 182.641, Rel. Min. Oc-Gallotti, DJ 15/03/1996. STJ: EDcl no RMS 16929, Mimitro Gilson Dipp, DJ 01.08.2006. RMS 17448, Ministro Araldo Esteves Lima, DJ 01.08.2006. RMS 16929, Ministro Araldo Esteves Lima, DJ 24.04.2006. RMS 19770, Ministro Paulo Medina, DJ 20.02.2006. REsp 717055, Ministro Castro Filho, DJ 20.02.2006, LEXSTJ v. 199 p. 186. REsp 624746, Ministra Calmon, DJ 03.10.2005. RMS 17798, Ministra Laurita DJ 05.09.2005. RMS 17682, Ministro Paulo Medina, DJ 11.08.2005. REsp 691456, Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 27.06.2005, RF 381/330. REsp 431432, Ministro Fernando Gonçalves, DJ 27.06.2005. RMS 9372, Ministro Ande Pádua Ribeiro, DJ 13.06.2005. RMS 13521, Ministro Medina, DJ 16.05.2005. REsp 242140, Ministro Castro Tho, DJ 02.05.2005. RMS 16679, Ministro Paulo Medina, DJ 06.10.2003.

Traducto, c none por E. Tomar y Valicuté Madrid Appliants 1. Preceitos constitucionais relacionados

Arts. 22, XXV, e 103-B, § 4º, III; ADCT, arts. 31 e 32. do o risco de perder-se, por qualquer motivo, o valor que se empre-

nulla grarga. Barcelona: Editorial Critica, 1984, 106 p.) selection de Decanos de los Colonia de Colo

nta de Decanos de los Colegios Notariales de España, 1979, 4 AGUIAR VALLIM, João Rabello de. Direito Imobiliário Masileiro (doutrina e prática). Revista dos Tribunais, 2ª edição, ALVES. Sonia Marilda Peres Alves. Responsabilidade notários e registradores. Revista de direito imobiliário. v.

53, p. 93-101, jul-dez 2002. ARAÚJO, Maria Darlene Braga. Responsabilidade civil do Estado e dos oficiais de registro e aspectos processuais utilizados como matéria de defesa em ações propostas contra registradores. In: Revista Estudos de Direito Registral Imobiliário. 2002, Vitória. BALBINO FI-LHO, Nicolau. Registro de Imóveis, 9ª edição, Ed. Saraiva, 1999. BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. BEVILÁQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado, 11ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1956. BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. CENEVIVA, Walter. Lei dos notários e registradores comentada (Lei n. 8.935/94). 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002. CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos comentada. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. COMASSETTO, Miriam Saccol. A função notarial como forma de prevenção de litígios. Porto Alegre: Norton, 2002. DECKERS, Eric. Função Notarial e Deontologia. Coimbra: Almedina, 2005. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004. ERPEN, Décio Antonio. A Atividade Notarial e Registral: Uma Organização Social Pré-Jurídica. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 35/36, p. 37-39, jan./dez. 1995. FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos. Publicidade e Teoria dos Registos. Coimbra: Livraria Almedina, 1966. FIORANELLI, Ademar. Direito Registral Imobiliário. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor - Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, 2001. LARRAUD, Rufino. Curso de derecho notarial. Buenos Aires: Depalma, 1996. RÉGO, Paulo Roberto de Carvalho. Registros Públicos e Notas. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. SARTORI, Ivan Ricardo Garisio. Responsabilidade civil e penal dos notários e registradores. Revista de Direito Imobiliário. v. 53, p. 102-114, jul.-dez. 2002. VASCONCELOS, Julenildo Nunes; CRUZ, Antônio Augusto Rodrigues. Direito Notarial. Teoria e Prática. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

e alguns países atricanos (especialmente na Cidade do Cabo, e B - COMENTÁRIOS and China Comes na China Condidera

1. Considerações preliminares

Os precedentes mais remotos do notariado e da atividade registral podem ser encontrados na Antiguidade. É sabido que a unidade dos impérios mediterrâneos dependia muito da unidade territorial, sendo forte uma economia agrícola e um já promissor desenvolvimento urbano. Já se antevia na Suméria, Babilônia e Caldeia um crescimento territorial importante, o que levou ao estabelecimento de determinados registos de bens e obrigações, especialmente os arrendamentos rurais, seja com a finalidade tributária, seja como defesa política, pela notoriedade dada a determinados atos. De outro lado, o predomínio da economia marítima que se seguiu também colaborou com o desenvolvimento, especialmente em Creta, de uma técnica rudimentar de registros

ises do leste europeu. Leva nitida vantagem com relação ao siste-

Re

Ta

Tri

Ca

par vid

civ

lei,

COL

tig

51

no

da

pel

00

públicos. O passo seguinte foi dado por gregos e romanos2. Contudo, no formato em que conhecemos hoje, a atividade notarial e registral é produto da Idade Média.

No medievo, a partir do século XIII, efetivamente, nascem os registros e as atividades notariais para atender uma necessidade pública, até mesmo pelo fato que grande parte da população era analfabeta, e a cultura refugiava-se nos monastérios. Contudo, na vida civil, os contratos entre os particulares, os censos e as atividades mercantis exigiam que se elaborassem documentos escritos, até mesmo para afastar os litígios sempre frequentes nas relações verbais do tráfico negocial e, mesmo, político. Atente-se que os "notários" apenas sabiam ler e escrever; todavia, na medida em que vão se especializando na grafia da memória, passam a adquirir conhecimentos de direito (especialmente os canônicos) e passam a prestar, também, assistência jurídica àqueles que os procuravam; mais tarde, vão "conservar" os documentos originais que elaboravam, entregando às partes as pertinentes cópias.

A principal marca da atividade notarial e registral são fornecidas pelo poder público - partindo da presunção de que os atos praticados pelos "notários" expressavam com correção o ato volitivo das partes - que atribui aos documentos lavrados pelos notários uma especial eficácia ante os atos grafados entre as partes sem aquela assistência, pois se presumia neles a ignorância em Direito. Assim, o Estado "delega" ao incipiente notariado a função de "fé pública", e uma notável validez aos seus atos, que carecia nos documentos privados, exemplo de nota, estava na força executiva dos atos notariais, pois esses não necessitavam, em juízo, de um processo declaratório prévio. Deste modo, ficava configurado o notariado (e posteriormente, o registrador) como um órgão cuja finalidade fundamental era a de evitar litígios, isto é, o documento notarial dificilmente produziria uma lide, pois estaria redigido por um especialista, e se eventual pleito ocorresse, ele tem uma especial eficácia que lhe conferia a "fé pública"3.

Aí está, modo brevíssimo, a origem do "sistema de notariado latino", também denominado românico ou eurocontinental, atualmente vigente na maioria dos países europeus e sul-americanos, bem como no Japão, Indonésia, no Estado de Luisiana, nos Estados Unidos da América, no Canadá de língua francesa (Quebec), e alguns países africanos (especialmente na Cidade do Cabo, e Casablanca), e ainda incipientes na China, ademais de muitos países do leste europeu. Leva nítida vantagem com relação ao sistema anglo-saxão, este muito menos evoluído, vigente na maior parte dos países anglo-saxões. O sistema está tão bem constituí. do que até mesmo os notários britânicos solicitaram a sua inclusão na UINL (União Internacional do Notariado Latino), revelando-se importante nos Estados Unidos da América, com a sua implantação em matéria de contratação eletrônica (Internet-business) através da organização Cibernotary Comitee, patrocinada

2. O direito notarial e registral nas Constituições brasileiras

No Brasil as experiências notarial e registral são bastante n. cas, muito embora só tenham alcançado assento constitucionala partir da Carta de 1934. Com efeito, gestados nos cartórios - que o Código de Justiniano disciplinava – e o Teodosiano vai empres. tar instrumentalidade através das escrituras públicas, o modelo gráfico de todos os documentos, atas e demais atos a que se emprestava fé pública, o direito notarial e registral não conheceu, no Brasil Colônia, grande expressão, até mesmo porque os canórios, os poucos que existiam, estavam nas grandes cidades; nas demais, o múnus dos registros, especialmente os das pessoas, estava entregue à Igreja Católica.

A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, não disciplinava o "registro público", contudo, expressava a garantia da "inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, a liberdade, a segurança individual e a propriedade", como estava disposto no seu artigo 179, determinando no inciso XVIII a elaboração de um "Código Civil" inspirado na justiça e na equidade.

Do mesmo modo, a Carta da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, também não fez menção aos registros públicos, mas de igual forma garantia a igualdade e repudiava os privilégios de nascimento; assim, extinguiu os foros dados à nobreza, bem como as ordens honoríficas então existentes, forte no artigo 72, § 2º; de outro modo, ficava assentado o reconhecimento do casamento civil, como previsto no § 4º do mesmo artigo. Atribuía competência e o poder para legislar ao Congresso Nacional para matéria de direito civil.

É com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, que se incorpora vez primeira, no âmbito das Constituições brasileiras, os "registros públicos", fixando a competência da União para legislar sobre a matéria, como

dina, D) 16.05.2005, REsp 242140, Ministro Castro

Ca chits Master Panter Medina, DJ

1. Considerações preliminares

over Of precedences mais remotes do gorarado e da atoridade 1. Cf. por todos, ELLUL, Jacquer. História de las Instituciones de la Antiguedad. Tradução e notas por F. Tomas y Valiente. Madrid: Aguilar, 1970, 613 p.

^{2.} Vale lembrar o instituto da "hipoteca", nascido na Grécia, berço e origem da instituição hipotecária; hipoteca procede de hypotithesthai, que expressa o empenho da palavra dada, decomposta em hypo, sob, e tithesthai, que revela o dispor o relation y a superior de la limitation de la limitati nho da palavra dada, decomposta em hypo, sob, e tithesthai, que revela o dispor, o pôr, o que por sua vez reproduz hypothekes, que no latim va suprimento de procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento de la procede de hypothekes, que no la procede de la procede de hypothekes, que no latim va suprimento d Car pignus, vale dizer, depósito, garantia, desde duas vozes: hypo, ou sub, clam (abaixo, debaixo, oculto) e theke que em latim dá theca, caixa, bainha, esconderiol.

Tudo isto vai significar, claramente, o caráter de "instituição de segurança" empressada de la composição de segurança empressada de la composição de la composiç Tudo isto vai significar, claramente, o caráter de "instituição de segurança" emprestada a hipoteca; pois assim como está segura a espada em sua bainha, e o que se oculta num esconderijo, também está livre de todo. se guarda numa caixa, e o que se oculta num esconderijo, também está livre de todo o risco de perder-se, por qualquer motivo, o valor que se empresta, asservando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de mando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de mando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de mando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de mando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de mando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo, La historiomasse, como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura a espada em sua banda de como está segura de como est rando-o com a garantia hipotecária (cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. La historiografía griega. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, 306 p.).

^{3.} Cf. por todos, BONO, José. Historia del derecho notarial español. Madrid: Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España, 1979, 432 p.

Edição atualizada por Wolfgang Kunkel, traduzida por L. Pietro e Castro. Barcelona: Aranzandi, 1968, três tomos, 1934 p.; JÖRS, Paul, Derecho Privado Cho Privado Germânico. Tradução de Carlos Melon Infante. Barcelona: Bosch Casa Editorial Labor, reimp. 1965, 559 p.; PLANITZ, Hans. Principios de Derecho Privado Germânico. cho Privado Germânico. Tradução de Carlos Melon Infante. Barcelona: Bosch Casa Editorial Labor, reimp. 1965, 559 p.; PLANITZ, Hans. Principale o excelente Historia del Derecho Germânico, de Heirinrich Brunner, segundo a 8ª ed. alemão. o excelente Historia del Derecho Germânico, de Heirinrich Brunner, segundo a 8ª ed. alemã, atualizada por Claudius von Schwerin, traduzida e anotada por Jost Luiz Álvares Lópes, Barcelona: Editorial Labor, 1936, 328 p. Luiz Álvares Lópes, Barcelona: Editorial Labor, 1936, 328 p.

espoe em seu art. 5º alínea a. A partir daí, permitiu-se o casamenpreligioso com os efeitos do civil, condicionando-se que o rito contrariasse a ordem pública ou os "bons costumes", ademais de habilitação dos nubentes perante "autoridade civil e registro no Registro Civil". Note-se que o registro era gratuito e obrigatório. Também, a partir da Carta de 1934, ficou fixada a competência dos Inbunais na elaboração de seus regimentos internos, e o modo co qual pode organizar seus serviços, especialmente os "Cartóconforme o que estava disposto no seu art. 67, a. 67

No estatuto outorgado de 10 de novembro de 1937, manse a competência dos Tribunais no trato da matéria (art. 93, bem como se fixa a competência da União para a edição de normas sobre as questões de "estado civil", inclusive o pertinente "registro civil" e as alterações de nome (art. 16, XX).

Redemocratizado o país, com a Carta de 18 de setembro de 1946, mantém-se a competência do Tribunal na organização dos Canórios, como estava no art. 14, § 2º, e a competência da União legislar sobre registros públicos, forte no art. 5º, XV. A noodade era o regime do casamento religioso como equiparado ao desde que observados os impedimentos e as prescrições da e requerida nestes termos a inscrição no registro público, como dispunha o art. 163, § 1º; ademais, pelo § 2º do mesmo ariso, observe-se que, mesmo sem as formalidades do disposto no 1º, eram gerados efeitos civis, quando previamente habilitados autoridade competente, sob requerimento do casal e registrado arrydade dependente de concurso publice no Registro Civil.

Na Constituição de 1967, inclusive, a Emenda n. 1, de 1969, mavés da disposição do art. 8º, XVII, se mantém a competência da União para legislar sobre matéria registral, do mesmo modo, pelo art. 167 persiste a mesma sistemática relativa ao casamento e religioso como disciplinado na Constituição de 1946.

Na presente Constituição da República Federativa do Brasil de de outubro de 1988, o tema dos serviços notariais e dos registros publicos fica definitivamente inscrito na ordem constitucional. Ve--sea movação que se faz com a fixação do exercício dessas funções carater privado, mas, agora, por "delegação do poder público", onforme atribuído pelo art. 236. Nesta esteira, o Supremo Tribu-Federal e o Superior Tribunal de Justiça passaram a entender que controle e a fiscalização dos atos registrais pelo sistema judiciário ser amplos e dedicados, dada, especialmente, a natureza de serviço delegado", pois já implicado na hierarquia normativa; adereleva a importância dos SS 1º a 3º, disciplinado a regulamenda responsabilidade, fiscalização, fixação de emolumentos, como do ingresso nas serventias notariais e registrais. O estade 1988 também manteve a competência da União no trato da relativa aos registros públicos, como está no art. 22, XXV, como a não onerosidade do registro civil, acrescentando, aingratuidade da "certidão de óbito". A Carta de 1988 também importante norma de direito intertemporal, fixada através 32 do ADCT, dispondo que os serviços notariais e de registro que anteriormente tenham sido oficializados pelo Poder Público ficam excluídos da sistemática desenhada no art. 236.

Com a edição da Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, ficou instituído o Conselho Nacional de Justiça, com competência para os controles das atividades financeiras e administrativas do Poder Judiciário, sendo que lhe foram atribuídos, ainda, como disposto no art. 103-B, § 4º, inciso III, o recebimento e o conhecimento das "reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro" que os exerçam por delegação do poder público, e mesmo aqueles oficializados be famelin aivoso ob organismos que a mos omesme

servando os originais e expedindo as pertinentes cópias fidedig-

3. Da especialidade da delegação noras, estão autorizados a jayrar escrituras e

O art. 236 da Carta de 1988 foi objeto de regulação através da edição da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, com as alterações da Lei n. 9.812, de 10 de agosto de 1999, e da Lei n. 10.506, de 9 de julho de 2002. Ali se estruturam e conformam o perfil jurídico dos notários e registradores, seus serviços e direitos e deveres, por via de escritura pública, bem como o tares es ot

Os serviços notariais e registrais são concedidos mediante "peculiar" delegação do Poder Público. A teleologia desta peculiaridade reside na "natureza" da atividade, pois são serviços públicos essenciais (do Estado), e não simples atividades materiais, portanto não se encontram ao abrigo do Art. 175 da Carta de 1988, inexistindo qualquer "relação contratual" entre o Estado e o Notário ou Registrador.

Esta delegação está contaminada pela "pessoalidade natural" do delegado, que somente poderá ser a pessoa física cuja tal atribuição tenha sido conquistada mediante "concurso público" de provas e títulos. O controle de suas atividades é exercido pelos Tribunais, e sua remuneração é estabelecida através de uma tabela de emolumentos, sempre editada por lei5.

4. Análise do art. 236 e parágrafos da Constituição de clos e atos iuridicos, que passam a valer erga omnes. C8891-

tro de atos e negócios, em seus livros especiais, que desde a devi-

Dispõe o art. 236: Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. Impõe--se, em primeiro plano, distinguir as atividades dos notários e dos registradores. A distinção é legal e se estabelece em razão da matéria dos serviços prestados; a Lei n. 9835/94, que regula o art. 236, em dois níveis destaca os âmbitos qualificados, estabelecendo, no seu art. 1º, que "os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos", e no art. 3º, que "notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública6, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de regis-

Ci STF na ADI 3.151, relator o Min. Carlos Britto, DJ de 28-4-2006. I de dos assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem a de des assentamentos que o notário de des assentamentos que o notário de de des assentamentos que o notário de des assentamentos que na ADI 3.151, relator o Min. Carlos Britto, DJ de 28-4-200.

Segundo Walter Ceneviva, "a fé pública afirma a certeza e a verdade dos assentamentos que o notário e o oficial de registro pratiquem e das certidões que ex-Walter Ceneviva, "a fé pública afirma a certeza e a verdade dos assertantes por lei ao que o delegado (tabelião ou oficial) declare ou faça, no nessa condição". Portanto, a fé pública corresponde à especial confiança atribuída por lei ao que o delegado (tabelião ou oficial) declare ou faça, no

tro". A seguir, o art. 5º, da mesma lei, identifica os titulares dos serviços notariais e registrais, e são definidas as competências de uns e outros, nos arts. 6º a 11 e arts, 12 e 13.

Os notários ou tabeliães são operadores do direito, dotados de fé pública, a quem o Poder Público delega o exercício da atividade notarial, cujo núcleo duro da atividade reside em formalizar juridicamente a vontade das partes, intervindo nos negócios jurídicos e atos não patrimoniais (na terminologia do atual Código Civil, sempre e quando as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, solicitando a redação dos instrumentos (mesmo com a apresentação de prévia minuta) adequados, conservando os originais e expedindo as pertinentes cópias fidedignas de seu conteúdo, ademais da tarefa de autentificar fatos. Como tabeliães de notas, estão autorizados a lavrar escrituras e procurações públicas, lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados, lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias (arts. 5º e 6º da Lei n. 9.835/94); como tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos, estão autorizados a redigir os contratos e demais instrumentos relativos a transações de embarcações, por via de escritura pública, bem como o registro desses mesmos atos, ademais do reconhecimento de documentos e firmas com fins de atendimento às necessidades do direito marítimo (arts. 5º e 10); como tabeliães de protesto de títulos, estão autorizados a intervir no tráfico negocial, atestando o descumprimento de obrigações, intimando os devedores, e autorizados a receber valores e dar a respectiva quitação, decorrentes dessa intervenção, ou lavrar o respectivo protesto, conservando-o por meio adequado, ademais de averbar o cancelamento do protesto, bem como expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis (arts. 5º e 11).

Aos registradores, ou oficiais de registros de imóveis, de títulos e documentos, civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas, também operadores do direito, e dotados de fé pública, como "conservadores", compete o registro de atos e negócios, em seus livros especiais, que desde a devida inscrição "constituem direito", tornando público esses negócios e atos jurídicos, que passam a valer erga omnes. Observe-se que o registrador caracteriza-se pela sua atuação no sentido de dar efeito constitutivo, comprobatório e publicitário aos atos e negócios jurídicos em que intervém e conserva. -se, em primeiro plano, distinguir as atividades dos notários e dos

O § 1º do art. 236, ora em comento, dispõe que "a lei regula. rá as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. Anterior. mente a edição da Lei n. 8.935/94, no que estava recepcionada pela Carta de 1988, vigia a Lei n. 6.015/73, que disciplinava o tema relativo aos notários e registradores, seja na identificação e classificação de suas atividades, seja quanto à responsabilidade. Com a edição da nova lei (8.935/94), fica definida a natureza e disciplinados os serviços, competências e atribuições dos notários e registradores, bem como a responsabilidade civil e criminal. impedimentos, direitos e deveres e outras questões relativas à prestação do "serviço público" que lhes são cometidos".

O § 2º do mesmo artigo, trata da remuneração dos serviços prestados pelos notários e registradores, através de emolumentos que serão estabelecidos por lei10. Atualmente não mais é discutida a natureza jurídica dos emolumentos, matéria já pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a sua caracterização como "taxa" para a remuneração de serviço público posto à disposição da sociedade, de caráter divisível e específico, prestado ao contribuinte, consoante o art. 145, II, da Constituição Federal de mesmo sem as formalidades do disposto no

Finalmente, o § 3º do Art. 236 disciplina as condições para a delegação dos serviços notariais e registrais, sendo o ingresso na atividade dependente de concurso público de provas e títulos, bem como fixado, constitucionalmente, o prazo em que se admite "vaga" uma serventia (seis meses)12.

de Unio para legislar sobre matéria registral, do mesmo modo,

5. A Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004

and e religioso como disciplinado na Constituição de 1946. A Emenda Constitucional n. 45, intenta concretizar, numa primeira dimensão, a Reforma do Judiciário, criando, pelo acrescentamento do art. 103-B à Carta de 1988, o denominado Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao CNJ ficou atribuída a competência para "receber e conhecer" das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder publico ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar Tro delegado", pois já implicado na hierarquia normativa; ade-

nes releva a importancia dos 55 1º a 3º, disciplinado a regulamen-

esta da responsabilidade, fiscalização, fixação de emolumentos,

registradores. A distinção e legal e se estabelece em rardo da ma téria dos serviços prestados; a Lei n. 9835/94, que regula o art. 236, em dois niveis destaca os imbiros qualificados, estabele-

como do ingresso nas serventias notariais e registrais. O esta-O conteúdo da fé pública se relaciona com a condição, atribuída ao porto O conteúdo da fé pública se relaciona com a condição, atribuída ao notário e ao registrador, de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradoro como tada. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 78). tada. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 78).

7. Cf. por todos, CENEVIVA, Walter, Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de profissionais de direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notários e Registradores como de la direito (Lei dos Notá

7. Cf. por todos, CENEVIVA, Walter. Lei dos Notários e Registradores comentada. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, 276 p.

8. Cf., art. 37 da Lei 8.935/94. Com o objetivo que a fiscalização seja conclusiva e apresente resultados satisfatórios, a Lei 8.935/94 confere ao juiz corregedos o poder de aplicar, segundo o grau de gravidade do ato praticado pelo restricado pelo restr o poder de aplicar, segundo o grau de gravidade do ato praticado pelo notário ou registrador, as penas de repreensão, multa, suspensão e perda da delegado respeitados, evidentemente, o contraditório e a ampla defesa garantidos pelo Contraditorio e a ampla defesa garantido contraditor respeitados, evidentemente, o contraditório e a ampla defesa garantidos pela Constituição Federal. De outro modo, a perda da "delegação" poderá ser decreada através de sentença judicial, obedecido o trânsito em julgado.

9. Sobre a responsabilidade objetiva do Estado, em tema notarial e registral, cf. STF, RE 209.354-AgRg, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 16/04/99.

11. Cf. STF, ADI 1.790-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 08/09/00; ADI 1.800-DF, Rel. Min. Nelson Jobin, DJ 06/04/98; ADI 1.378-MC, Rel. Min. Cet so de Mello, DJ 30/05/97; ADI 3.151, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 28/04/06 so de Mello, DJ 30/05/97; ADI 3.151, Rel. Min. Carlos Britto, DJ 28/04/06.

12. Cf. STF, ADI 3.580-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 10/03/06. 12. Cf. STF, ADI 3.580-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 10/03/06. and ma apparation laipages a sharperson and day of a common and apparation and day of a common and apparation and day of a common and day of

Esado de Direito e Constatópio, São por

lise

Bula

ninal

defi

tion

nada

va o

do e

ade.

3 82

otá.

inal

25 3

iços

itos

tida

ção

dis.

de

na

OS.

ma

correicional dos tribunais, podendo avocar processos discipliecontes em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a posentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assearada ampla defesa (Constituição Federal, art. 103-B, § 40, Atente-se que não se incluem como órgãos do Judiciário notários e os registradores, delegados para a prática de servi-Constituição Brasileira de 1988, São Paulos Saraiva, 1908

ço público na condição de profissionais privados (operadores do Direito), sua submissão ao CNJ, diante de eventuais "reclamações", "traduz-se em mera técnica de espacialidade e eficácia legislativa", pois o CNJ apresenta-se como órgão judicante (munido da "reclamação" e da "avocatória"13) com poder administrativo, alcançando todos os operadores do Direito com funções estatais. Il a cobaparadement of a abane and ab assente nal. Iveram mencionadas diversas normas editadas pelo Decex e

pela Secent que, segundo jurisprudeacia da Corre, teriam funda-

ra RE n. 224.861/CE (O Supremo Tribunal Federal considerou

nução, o qual terra claramente conferido ao Ministerio da Faxenda

a competência para o controle do comercio extenor. Portanto a

mento direto no artigo 237 da Constituição. Ressalte-se, todavia, Art. 237. A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão percidos pelo Ministério da Fazenda. Divers Administrative, 34 ed. São Paulo: Forense, 2007

7. Comentários

-SCI ob grano Angelotti Meira Liziane Angelotti Meira cex n. 08, de 1991. A decisão se baseou no artigo 237 da Consti-

controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanda, São p. 1. História da norma e Constituições brasileiras anteriores

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administration a.

MENDES, Gilmar Ferreira, Jurisdição Continues and

so, 53sted., Sko Paulos Malheiros, 2007; sessent se

Não havia, nas Cartas anteriores, disposição similar à veicuada pelo artigo 237 da Constituição Federal vigente.

Constitução Brasileira, São Paulo: Atlas, 1990. 2. Constituições estrangeiras Consulation of Alonsoida, Comentario

Não há, no âmbito dos sistemas jurídico-constitucionais mis conhecidos, disposição nos moldes da criação do constituinte brasileiro de 1988. ed., São Paulo: Malheiros, 1996.

3. Direito internacional

Trata-se de uma regra nacional, sem fulcro em ou referência zenda, a competência para exercer a lis sismoisments

bre, o comércio exterior, no que concerne aos interesses la com

4. Remissões constitucionais e legais

Interesse fazendário não corresponde estritamente za O artigo 22, caput e inciso VIII, da Constituição Federal dispõe que é competência privativa da União legislar sobre copagamentos, proteção de segmentos da economiroristas oinim

O inciso XVIII do artigo 37 da Constituição determina que administração fazendária e seus servidores, dentro de sua área de competência e com base em lei, devem ter precedência sobre os demais setores administrativos. O nomento disciendos o endos

O inciso XXII do artigo 37 da Carta Magna foi incluído pela Emenda Constitucional n. 42, de 19 de dezembro de 2003, com o escopo de garantir que as atividades de administração tributária sejam exercidas por servidores especializados e capacitados, com

produção, guardaria, conforme a decisão proferida, perfeita correestrita observância da legalidade e do interesse público. Prescreve esse dispositivo que os servidores fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam de carreira específica e que trabalhem de forma integrada; determina também que se efetue, na forma da lei ou convênio, o compartilhamento de informações entre os Fiscos. Além disso, os recursos para realização das atividades de administração tributária devem ter destinação prioritária, mandamento constitucional corroborado pelo disposto no inciso IV do artigo 167.

O inciso II do § 1º do artigo 144 da Constituição Federal dispõe sobre a competência da Polícia Federal para prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, mas ressalva as atividades de competência da administração fazendária.

Os artigos 100 e 131, § 1º, da Carta Magna regulam os procedimentos relativos aos recursos financeiros do Estado.

Em nível infraconstitucional, cabe alusão ao artigo 35 do Decreto-Lei n. 37, de 18 de novembro de 19661, o qual, com supedâneo no disposto nos artigos 37, inciso XVIII, e 237 da Constituição, atribuiu precedência à autoridade aduaneira, agente da Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Fazenda, no que concerne à fiscalização aduaneira nas zonas primárias de portos, aeroportos e pontos de fronteira. BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do

5. Jurisprudência

ans, Ives Candea Martins, São Paulo: Saraiya, 1988. ADPF n. 101/DF (O Tribunal reputou plenamente atendido o princípio da legalidade na proibição de importação de pneus usados, considerando que o Ministério do Desenvolvimento, In-

Reclamação, revela-se em todo protesto contra ilegalidade ou injustiça, em processo tem por finalidade preservar a competência dos Tribunais, e especialmento Sarantir a autoridade (cf. RISTF, especialmente arts. 6°, g, e 9°, a). Carta avocatória é instrumento processual, traduz-se no deslocamento compulsório de petência, expressado pela maior hierarquia para chamar a si o processo em curso na hierarquia inferior.

Art 35. Em tudo o que interessar à fiscalização aduaneira, na zona primária, a autoridade aduaneira tem precedência sobre as demais que ali exercem suas 50. Em tudo o que interessar à fiscalização aduaneira, na zona primaria, a actual de la precedencia sobre as demais que la companya de la companya del companya de la companya del companya de la company